

09/02/2010

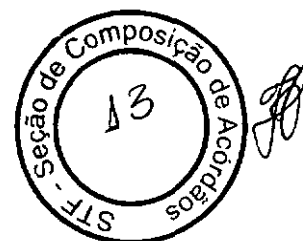
SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 98.113 RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S) : PAULO ROBERTO PRETTE
IMPTE.(S) : CLÁUDIA MARIA CHAVES PACHECO E
OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 128245 DO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIREITO PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO HC NA INSTÂNCIA ANTERIOR. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

1. A questão de direito tratada neste *habeas corpus* diz respeito ao possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.
2. A superveniência do julgamento de mérito do *habeas corpus* pela instância anterior torna prejudicado o presente *writ*.
3. O magistrado de primeira instância fundamentou suficientemente a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.
4. Como já decidiu esta Corte, “a garantia da ordem pública, por sua vez, visa, entre outras coisas, evitar a reiteração delitiva, assim resguardando a sociedade de maiores danos” (HC 84.658/PE, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 03.06.2005). Nessa linha, deve-se considerar o “perigo que o agente representa para a sociedade como fundamento apto à manutenção da segregação” (HC 90.398/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 18.05.2007).
5. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005).
6. *Habeas corpus* prejudicado.



HC 98.113 / RJ**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, julgar prejudicado o pedido, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 09 de fevereiro de 2010.


Ellen Gracie - Relatora

09/02/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 98.113 RIO DE JANEIRO

RELATORA	:	MIN. ELLEN GRACIE
PACTE.(S)	:	PAULO ROBERTO PRETTE
IMPTE.(S)	:	CLÁUDIA MARIA CHAVES PACHECO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	:	RELATOR DO HC Nº 128245 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: 1. Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática que indeferiu pedido de liminar em outro *writ* aforado no Superior Tribunal de Justiça (HC 128.245/RJ).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 1º, I, da Lei 8.176/91; e 288, 299, 304, 313-A, 317, 319, 321, 325 e 333, todos estes do Código Penal.

Contra tal decisão, impetrou-se *habeas corpus* ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que denegou a ordem pleiteada. Irresignada, a defesa impetrou o referido HC 128.245/RJ perante o Superior Tribunal de Justiça. O pedido de liminar foi indeferido pelo eminente relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho.

Alegam os impetrantes, em síntese: a) possibilidade de abrandamento da Súmula 691/STF; b) ausência dos pressupostos autorizadores da prisão preventiva; c) falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a segregação cautelar; e d) existência de circunstâncias favoráveis, como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa.

Assim, requerem a concessão de provimento liminar, para que o paciente responda ao processo em liberdade, e, no mérito, o deferimento do pedido de *habeas corpus*.

HC 98.113 / RJ

2. O pedido de liminar foi indeferido às fls. 23-29 pelo eminente Ministro Menezes Direito.

3. Parecer do Ministério Público Federal pelo não-conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 57-68).

4. Os autos do presente *writ* foram redistribuídos à minha relatoria nos termos da Portaria STF 174/2009 (fl. 72).

É o relatório.



HC 98.113 / RJ

VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora): 1. A questão de direito tratada neste *habeas corpus* diz respeito ao possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva.

2. Inicialmente, ressalto que o presente *writ* foi impetrado contra decisão monocrática que indeferiu a liminar em *habeas corpus* aforado no Superior Tribunal de Justiça, o que enseja a aplicação da Súmula 691/STF.

Entretanto, consultando o sítio eletrônico daquela Corte Superior, verifiquei a superveniência do julgamento de mérito do HC 128.245/RJ, estando assim ementado o acórdão:

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. PACIENTE DENUNCIADO POR CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA, FORMAÇÃO DE QUADRILHA, FALSIDADE IDEOLÓGICA, USO DE DOCUMENTO FALSO, INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES, CORRUPÇÃO PASSIVA, PREVARICAÇÃO, ADVOCACIA ADMINISTRATIVA, VIOLAÇÃO DE SIGILO PROFISSIONAL E CORRUPÇÃO ATIVA (ARTS. 1º, I DA LEI 8.176/91 C/C ART. 71 DO CPB; ART. 288, PAR. ÚNICO; ART. 299 C/C ART. 29; ART. 304 C/C ART. 71; ART. 313-A; ART. 317, § 1º. C/C ARTS. 29 E 71; ART. 319; ART. 321, PAR. ÚNICO C/C ART. 71; ART. 325, § 2º.; E ART. 333, PAR. ÚNICO C/C ART. 71, TODOS DO CPB). QUADRILHA QUE AGIA NA ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM SUSPEITA DE PARTICIPAÇÃO DE POLICIAIS FEDERAIS NA EMPRESA CRIMINOSA. PACIENTE QUE, SUPOSTAMENTE, TINHA UMA POSIÇÃO DE LIDERANÇA, EXERCENDO CONTATO DIRETO COM OS SERVIDORES PÚBLICOS ENVOLVIDOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PROTEÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E REITERAÇÃO DA PRÁTICA CRIMINOSA. PACIENTE JÁ CONDENADO, EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, PELOS MESMOS FATOS. PACIENTE QUE NÃO PODE SER BENEFICIADO PELA EXTENSÃO DA ORDEM CONCEDIDA AOS DEMAIS

HC 98.113 / RJ

ACUSADOS. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.

1. Quanto à alegada ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, trouxe o acórdão objurgado motivação suficiente para a manutenção da custódia cautelar do paciente, porquanto comandava perigosa quadrilha criminosa, que agia na adulteração de combustíveis no Estado do Rio de Janeiro, inclusive com notícias de cooptação de policiais federais no empreendimento criminoso.

2. Nos termos constantes no trecho da decisão proferida pelo Juízo a quo, transcrito no voto condutor do acórdão objurgado, o paciente é apontado como tendo maior poder de comando e organização na empreitada delituosa, na qual o contorno principal era o pagamento reiterado e continuado de propina e prática de ilícitos penais.

3. Ao contrário dos demais investigados a quem a ordem foi estendida, no caso do paciente a prisão preventiva configura medida de extrema necessidade, haja vista sua prisão cautelar, por ordem do Juízo da 2ª. Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, em processo no qual foi condenado, em primeira instância; ainda assim, não se afastou da prática delituosa.

4. O encarceramento preventivo é medida que se impõe para prevenir a reiteração criminosa e para a manutenção da ordem pública, ameaçada pela evidente periculosidade demonstrada pelo grupo criminoso, com o suposto envolvimento de policiais federais, do qual o paciente era um dos líderes.

5. Consoante entendimento já pacificado nesta Corte Superior, bem como no Pretório Excelso, as condições subjetivas favoráveis das pacientes, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos

HC 98.113 / RJ

autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela.

6. Parecer do MPF pela denegação da ordem.

7. Ordem denegada.”

3. A superveniência do julgamento de mérito do *habeas corpus* pela instância anterior torna prejudicado o presente *writ*. Nesse sentido, entre vários outros julgados desta Corte, temos o HC 95.188/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 03.04.2009:

“HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. LIMINAR INDEFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCIDÊNCIA, EM PRINCÍPIO, DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JULGAMENTO DEFINITIVO DO HABEAS IMPETRADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PREJUÍZO DO PRESENTE HABEAS CORPUS. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus, por entender incabível o exame de fundamentos ainda não apreciados definitivamente pelo órgão judiciário apontado como coator, mormente quando o objeto foi prejudicado pelo julgamento definitivo do habeas corpus impetrado no Superior Tribunal de Justiça.

2. Superveniência de decisão em Habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça.

3. Habeas corpus prejudicado.”

4. Ainda que superado tal óbice, a impetração não merece prosperar.

5. O Juiz Federal da 4ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Volta Redonda/RJ decretou a prisão preventiva do paciente com fundamento na garantia da ordem pública. O decreto prisional foi proferido nos seguintes termos (fls. 12-133 do apenso):

“(…).

HC 98.113 / RJ

Consoante relata a autoridade policial, o Setor de Inteligência da Polícia Federal vinha recebendo denúncias de envolvimento de policiais federais da Delegacia de Polícia Federal de Volta Redonda com empresários que desenvolviam atividade ilícita de comercialização e adulteração de combustíveis (fls. 97).

(...).

Do outro lado da organização criminosa estariam empresários que, mediante pagamento de vantagens indevidas, beneficiavam-se da omissão das autoridades policiais em fiscalizar as atividades ilícitas – sobretudo de comercialização e distribuição ilegal de combustíveis, adulteração de combustíveis e sonegação de tributos federais e estaduais – por eles desenvolvidas, beneficiando-se ainda de informações privilegiadas que muitas vezes esses policiais lhes forneciam mediante prática de crime de violação de sigilo profissional.

Tais empresários teriam se organizado, segundo apuraram a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, em três grupos ou três quadrilhas que agem de forma interligada com a quadrilha formada pelos policiais federais.

O primeiro grupo (denominado Grupo I) teria como líderes o empresário PAULO ROBERTO PRETTE e o policial civil JOSÉ DE ANDRADE MACHADO.

(...).

Do quanto se delineia pela síntese acima, é de se constatar haver se estabelecido na região sul-fluminense, em especial nos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, vigorosa organização criminosa formada por agentes públicos e particulares, que têm agido de forma articulada para o desenvolvimento de atividades empresariais ilícitas, com ramificações a outras localidades e mesmo outros Estados da Federação, como o Estado de São Paulo.

HC 98.113 / RJ

(...).

A alta lucratividade da atividade ilícita é fator de estímulo à reiteração criminosa, sendo certo, consoante bem destacou o Ministério Público Federal, que a interrupção da atividade – como medida de restabelecimento da ordem pública – demanda radical intervenção do Estado, o que não se alcançaria se seus principais articuladores permanecerem em liberdade (tanto que dois deles – PAULO ROBERTO PRETTE e ANTÔNIO DONIZETTI CUNHA – ao que refere o Ministério Público, já teriam sido condenados pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro na denominada Operação Poeira no Asfalto).

Com efeito, supor que organização criminosa com estrutura gigantesca até o momento apurada (sendo certo, como ressaltou o Ministério Público Federal, que o desdobramento das investigações levará a novos envolvidos, muitos deles referidos em interceptações telefônicas), fortemente enraizada em estruturas policiais e fiscais e que desenvolve atividade ilegal de alta lucratividade será desfeita em razão do simples oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, permanecendo soltos seus principais articuladores, parece ingenuidade que não se mostra compatível com um mínimo conhecimento da forma pela qual opera a criminalidade organizada.

Assim, evidente se revela o risco de reiteração delitiva, acaso não decretada a prisão preventiva dos principais articuladores e colaboradores da organização criminosa, com nefastos prejuízos à ordem pública e também à ordem econômica, pois como realçou o Ministério Público Federal, mediante sonegação de tributos federais e estaduais e adulteração do combustível comercializado, a organização criminosa consegue inserir no mercado seu produto com custos reduzidos, sufocando o empresariado honesto, que –

HC 98.113 / RJ

em razão do regular cumprimento das obrigações tributárias e da legislação consumerista – não se vê em condições de enfrentar a concorrência desleal.

O próprio fato de figurarem, dentre os empresários, dois empresários que já foram objeto de persecução criminal na denominada Operação Poeira do Asfalto (Autos 2004.51.01.530518-4 – 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro) demonstra que a simples persecução criminal não se revela suficiente para determinar os membros da organização criminosa à cessação da atividade ilícita.”

Em relação ao paciente Paulo Roberto Prette, ainda especifica o magistrado de primeira instância:

“(…).

Consoante se infere do relato acima transcrito, PAULO ROBERTO PRETTE tem se dedicado à atividade de compra e revenda clandestina de álcool etílico combustível, sendo, segundo a Polícia Federal, líder de uma das quadrilhas que age de forma coordenada aos policiais federais referidos na presente decisão, pagando-lhes vantagens indevidas para manutenção de sua atividade ilícita (fls. 270/271).

Expõe a autoridade policial que as empresas de PAULO ROBERTO PRETTE atuariam no ramo de distribuição de combustíveis sem a necessária autorização da Agência Nacional do Petróleo, o que configuraria crime contra a ordem econômica (fls. 271/272).

Uma das técnicas utilizadas por esse grupo, segundo relata a autoridade policial, seria a aquisição do álcool hidratado como destinado a outros fins (ou seja, para fins que não o abastecimento de veículos), com o que não se faria necessário registro e autorização pela ANP, além de tributação mais favorável. Não obstante, o álcool

HC 98.113 / RJ

adquirido nessa condição seria, em realidade, destinado a postos de combustíveis no Estado do Rio de Janeiro (fls. 274/275).

Com efeito, a investigação policial constatou várias entregas de combustíveis a postos de combustível por veículos dessa organização, como demonstra, a título exemplificativo o relatório de inteligência acostado por cópia à fls. 275.

Além disso, seria também aquele que – no grupo sob sua liderança e em conjunto com JOSÉ DE ANDRADE MACHADO – faria os pagamentos de vantagens indevidas aos agentes estatais federais e estaduais já referidos.

(...).

Presentes estão, portanto, indícios suficientes da autoria imputada, verificando-se atendido tal requisito par decretação da prisão preventiva.

De outra parte, tenho presente que a decretação da prisão preventiva se faz necessária para manutenção da ordem pública, obstando o prosseguimento da atividade empresarial delituosa.

Com efeito, há notícia nos autos de que PAULO ROBERTO PRETTE foi condenado pela 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro na denominada Operação Poeira no Asfalto, onde inclusive esteve preso preventivamente por determinado período (fls. 271).

Não obstante, a repressão estatal havida naqueles autos não impediu que PAULO ROBERTO PRETTE continuasse a desenvolver atividade similar a que foi objeto de apuração naqueles autos, razão pela qual tenho nova decretação de prisão preventiva nestes autos é medida que se apresenta necessária para assegurar, mediante interrupção da atividade delituosa, a manutenção da ordem pública.

(...).

HC 98.113 / RJ

Ante o exposto, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de ..., PAULO ROBERTO PRETTE, ..."

6. Portanto, verifico que o Juiz Federal fundamentou suficientemente a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

O decreto de prisão preventiva se baseou em fatos concretos e individualizados, notadamente no risco da continuidade das práticas delitivas, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo *modus operandi* da empreitada criminosa.

Além disso, como já decidiu esta Corte, *"a garantia da ordem pública, por sua vez, visa, entre outras coisas, evitar a reiteração delitiva, assim resguardando a sociedade de maiores danos"* (HC 84.658/PE, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 03.06.2005). Nessa linha, deve-se considerar o *"perigo que o agente representa para a sociedade como fundamento apto à manutenção da segregação"* (HC 90.398/SP, rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ 18.05.2007).

7. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005).

8. Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente writ.

É como voto.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 98.113**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

PACTE.(S) : PAULO ROBERTO PRETTE

IMPTE.(S) : CLÁUDIA MARIA CHAVES PACHECO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 128245 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Julgado prejudicado o pedido por votação unânime. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 09.02.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador